



Percepção dos problemas ambientais em uma comunidade ribeirinha da região amazônica brasileira

Flávia Gonçalves Vasconcelos ¹
Vivian da Silva Braz ²
Fábio Fernandes Rodrigues

RESUMO:

A região amazônica é um complexo ecossistema onde grande parcela da população vive em comunidades ribeirinhas. Com seus hábitos de vida diferentes da população urbana, encontram-se nestas comunidades questões ambientais próprias que também representam desequilíbrio na relação natureza e ser humano. O objetivo desta pesquisa qualitativa e observacional foi conhecer alguns dos problemas ambientais perceptíveis na comunidade ribeirinha São José do Arara, localizada no município de Caapiranga-AM. Foram realizadas incursões em campo no período de 19 a 26 de maio de 2017, durante a realização do Projeto UniEVANGÉLICA Cidadã Itinerante – Amazônia Educação, Saúde e Cidadania. Os principais problemas percebidos estavam relacionados com o sistema de descarte de resíduos.

Palavras-Chave: Educação ambiental. Amazonas. Ribeirinhos

¹ Especialista (Toxicologia, Universidade Federal de Goiás, Brasil). Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (UniEVANGÉLICA, Brasil). E-mail: flaviavilleneuve@hotmail.com

² Doutora (Ecologia, Universidade de Brasília, Brasil). Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (UniEVANGÉLICA, Brasil). E-mail: vsbraz@gmail.com

A relação entre ser humano e natureza está associada à capacidade reprodutiva dos ecossistemas, sendo que todos os seres vivos necessitam dos recursos naturais. O desequilíbrio desta relação, na atualidade, representa um grande desafio quanto à capacidade limitada dos ecossistemas em sustentar o aumento populacional e extração de recursos naturais para consumo ou atividades econômicas (MACEDO e LOPES, 2016). A questão ambiental ganhou relevância em meados do século XX, quando problemas como poluição, extinção de espécies e aquecimento global já eram preocupantes (CARSON, 1969).

A Amazônia é o maior bioma do Brasil, distribuído em um território de 4,196.943 milhões de km² onde são encontradas 2.500 espécies de árvores e 30 mil espécies de plantas (BRASIL, 2017). Esta região é um grande e complexo ecossistema com grande parcela populacional urbana e outra grande parcela rural, incluindo as chamadas populações ribeirinhas (CARDOSO, 2014).

Cabe ressaltar que o ribeirinho apresenta hábitos de vida diferentes dos não ribeirinhos. O cotidiano daqueles povos é condicionado ao ciclo da natureza relacionado ao fenômeno da enchente e da vazante (SCHERER, 2004). O calendário agrícola possui quatro estações relacionadas aos regimes fluvial e pluvial (FRAXE et al.,2007).

As comunidades ribeirinhas apresentam uma organização básica constituída por lideranças política, religiosa e esportiva (Castro, 2000 *apud* DE CASTRO e McGRATH, 2001). Além disso, mantém atividades mistas de uso de recursos, tais como pesca, agricultura e criação de gado e pequenos animais, sendo que a importância de cada atividade na economia familiar pode variar de uma família para outra. Cardoso (2014) acrescenta que esta população tem sido atribuída a responsabilidade de combinar desenvolvimento econômico e uso de recursos naturais de forma a alcançar qualidade de vida e preservação ambiental.

Sobre este tema, Silva e Simonian (2016) afirmam que

“É necessário restabelecer prioridades, modificar a concepção que se tem da natureza e reconstruir as bases da organização socioeconômica. Caso contrário, qualquer esforço no sentido de tentar minimizar ou eliminar os problemas ambientais será apenas paliativo e não representará uma mudança duradoura e sustentável.”

Os problemas socioambientais em comunidades ribeirinhas, tanto na região amazônica como no restante do país, podem estar relacionados à constituição do solo, índice de aglomeração da população, condições econômicas, sociais, sanitárias e educacionais, formas de contaminação e uso do solo, da água e dos alimentos. (SILVA et al., 2009).

VASCONCELOS, F.G; BRAZ, V.S; RODRIGUES, F.F.

Neste sentido, para fazer frente aos problemas ambientais nas comunidades ribeirinhas, a educação ambiental deve ser entendida como educação política. Deve reivindicar e preparar a população para construir uma sociedade ética nas relações sociais e com a natureza. (REIGOTA, 2017). Desenvolver educação ambiental permite relacionar o conhecimento dos escolares aos problemas socioambientais e buscar a emancipação da comunidade. (SILVA, 2013).

O projeto UniEVANGÉLICA Cidadã Itinerante – Amazônia Educação, Saúde e Cidadania tem o objetivo de levar melhorias às comunidades ribeirinhas da Amazônia por meio de ações de extensão na área de saúde, educação, cidadania e pesquisa. Entre os dias 19 a 26 de maio de 2017, tais ações ocorreram na comunidade São José do Arara, município de Caapiranga – AM. O projeto é desenvolvido em parceria com a organização cristã missionária Asas de Socorro, Prefeitura Municipal de Caapiranga e Associação dos Líderes da Comunidade – ALC.

Durante o período foi desenvolvido um estudo observacional qualitativo da situação ambiental na comunidade. Algumas atividades de educação ambiental foram inseridas nas atividades da escola de saúde e abordaram temas relacionados à conservação de recursos naturais e impactos do descarte de resíduos em local inapropriado.

Desse modo, o presente trabalho assume relevância ao descrever a situação ambiental onde está inserida a comunidade ribeirinha de São José do Lago de Araras e os trabalhos de conscientização ambiental realizados durante uma semana de vivência no local.

METODOLOGIA

Esse trabalho é um estudo qualitativo, observacional e registros fotográficos dos aspectos ambientais realizado durante a viagem de 2017 do projeto UniEVANGÉLICA Cidadã Itinerante – Amazônia Educação, Saúde e Cidadania, que aconteceu na Comunidade São José do Arara, município de Caapiranga, Amazonas, entre os dias 19 a 26 de maio do referido ano. Trata-se um projeto que vem sendo desenvolvido há 6 anos pela instituição com o objetivo de atender de forma eficiente as propostas de melhoria nas comunidades ribeirinhas

Segundo Fraxe (2007)

“O mês de Maio marca uma fase de transição, quando geralmente ocorre a normalização da precipitação pluviométrica e o nível das águas cruza a cota média. Os meses de maio, junho e julho formam o trimestre da estação cheia, quando uma grande parte das áreas cultiváveis está submersa, causando uma redução drástica nas atividades da fase terrestre. Durante esta estação, pode haver o registro de

Percepção dos problemas ambientais em uma comunidade ribeirinha da região amazônica brasileira

VASCONCELOS, F.G; BRAZ, V.S; RODRIGUES, F.F.

temperaturas mínimas anormais devido à invasão de massas polares frias na região, fenômeno conhecido localmente por ‘friagem’.”

O município de Caapiranga (3° 19' 42" S e 61° 12' 34" W) pertence à Mesorregião do Centro Amazonense, Zona Fisiográfica da Microrregião do Coari, e ocupa uma área de 9.456,60 Km², com população de 12.214 habitantes distribuídas nas zonas urbana e rural. (CAAPIRANGA, 2017). No referido município foi selecionada uma comunidade para realização de uma análise qualitativa dos aspectos ambientais predominantes no local. A comunidade de São José do Arara fica a 30 minutos de barco do município de Caapiranga e é banhada pelo lago de Arara, formado pelas águas do Rio Solimões.

No primeiro dia de trabalho de campo, dia 20, foi realizada uma caminhada para reconhecimento de área e observação dos principais problemas ambientais locais. Do segundo ao quinto dia, 21 a 25 de maio, foram realizadas marcações dos pontos utilizando o Global Positioning System (GPS) por meio de um equipamento portátil da marca Garmim, modelo Etrex, sendo que em cada ponto foram anotadas as coordenadas geográficas e UTM, altitude, caracterizada a área quanto aos impactos ambientais, e realização de registros fotográficos das áreas observadas.

Figura 01. Vista aérea da comunidade ribeirinha São José do Arara - AM



Fonte: Google Maps, 2017.

Foram realizadas duas oficinas com escolares para conscientização sobre o impacto do descarte de garrafas PET na natureza e ofertadas alternativas de reutilização de tais materiais.

Os resultados foram analisados de forma qualitativa e “a utilização de fotografias e de figuras ressalta a importância da imagética ou visualidades, as quais são essenciais para a compreensão da relação natureza e ser humano”, segundo Silva e Simonian (2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O reconhecimento da área estudada teve início já no desembarque dos pesquisadores na comunidade. Como a realização da pesquisa deu-se no mês de maio, período de subida das águas, os moradores haviam construído instalações suspensas nas áreas alagadas para deslocamento pela comunidade, cultivo de algumas hortaliças e criação de animais domésticos e silvestres, de modo a garantir a continuidade de seus cultivos e criações no período de seca. Tais instalações são chamadas de marombas pela população ribeirinha.

A base de subsistência da comunidade é a pesca, criação de pequenos animais para alimentação, cultivo de malva e juta e principalmente cultivo de mandioca para produção de farinha e outros derivados (Figuras 2 e 3).

Segundo Fraxe e colaboradores (2007)

“A várzea é um ambiente favorável ao cultivo de malva, pela fertilidade natural do solo. Associado a este cultivo, está a cultura da juta, ambas utilizadas na produção de sacos para embalagem de café e batata. O plantio da malva é feito pela unidade familiar no período que vai de julho a setembro, época em que as terras da várzea começam a ficar disponíveis para a semeadura [...]. O processo de produção da fibra de malva inicia-se com a colheita, o afogamento, a extração das fibras, a secagem e finalmente a formação de fardos para a comercialização. A colheita inicia-se logo após quatro meses a partir do plantio. As hastes de malva são amarradas em feixes e levadas para serem “afogadas”. Esse trabalho é realizado pelos homens com a utilização de terçados. Depois dessa etapa, é feita extração das fibras, realizada dentro da água. Em seguida os fios de fibras são levados para secar nos varais. Após essa secagem, as fibras são levadas para dentro da casa, onde serão formados os fardos para armazenamento, transporte e comercialização do produto.”

VASCONCELOS, F.G; BRAZ, V.S; RODRIGUES, F.F.

Figura 02. Fibras de malva em processo de secagem



Fonte: Aatoria própria

Figura 3. Fibras de Malva preparadas em fardos para comercialização



Fonte: Aatoria própria

A principal fonte de abastecimento de água é proveniente de águas subterrâneas. Existem dois poços cuja água é armazenada em caixas de água e depois distribuída para a comunidade (Figuras 4 e 5). Na maioria das residências a água é consumida sem qualquer tipo de tratamento. Outras residências contam com sistema de filtragem lenta por areia (Figura 6). Já a escola municipal e estadual da comunidade possui bebedouro com filtro (Figura 7).

VASCONCELOS, F.G; BRAZ, V.S; RODRIGUES, F.F.

Figura 4. Caixa d'água comunitária 1



Fonte: Aatoria própria

Figura 5. Caixa d'água comunitária 2



Fonte: Aatoria própria

VASCONCELOS, F.G; BRAZ, V.S; RODRIGUES, F.F.

Figura 6. Bebedouro instalado na escola municipal da comunidade.



Fonte: Autoria própria

Figura 7. Filtro com sistema de filtração por areia



Fonte: Autoria própria

Rohden e colaboradores (2009) afirmam que “As águas subterrâneas são consideradas mundialmente uma fonte imprescindível de abastecimento de água para o consumo humano, para aquela população que não tem acesso à rede pública de abastecimento e aquelas que têm um abastecimento, mas que não é regular”. Os autores acrescentam que resíduos de agrotóxicos e/ou de dejetos de animais, bem como esgoto doméstico, industrial e postos de combustíveis e de lavagem são

VASCONCELOS, F.G; BRAZ, V.S; RODRIGUES, F.F.

fontes de contaminação dessas águas subterrâneas e são inapropriadas para consumo humano caso não recebam algum tipo de tratamento.

A utilização de bebedouros em escolas é prática comum, mas que não garante a qualidade da água para consumo. Em estudo realizado por Freitas e colaboradores (2013) verificou-se que 70% dos 50 bebedouros analisados em escolas de Muriaé - MG não atendiam aos padrões microbiológicos para consumo. Este fato pode ser explicado por outro estudo que afirma que “os bebedouros são fontes potenciais de contaminação de forma direta através da água ou indireta a partir do contato com o aparelho, pois são utilizados por muitas pessoas com hábitos de higiene desconhecidos” (ARAÚJO et al., 2009).

Sobre a filtração lenta em areia, Murtha e Heller (2003) afirmam que trata-se de uma metodologia similar à percolação natural de água através do solo. Desde sua origem, na Grã-Bretanha utilizam-se seixos abaixo das camadas de areia para drenagem. Como vantagens, a técnica oferece facilidade operacional, baixo custo para implantação e grande eficiência na remoção de sólidos e patógenos. No entanto, a eficácia do processo depende do tempo de filtração.

O fato de não haver sistema de tratamento de esgoto na comunidade estudada aumenta muito o risco de contaminação da água consumida pela população. Algumas famílias contam com sistema de fossas subterrâneas para descarte dos dejetos domésticos enquanto outras descartam no solo adjacente às casas, como pode ser visto na figura 8.

Figura 8. Despejo de dejetos domiciliares a céu aberto



Fonte: Autoria própria

O descarte inapropriado de resíduos domiciliares na comunidade oferece risco para o homem e demais seres vivos da comunidade.

Na Figura 9 pode-se perceber que devido à ausência de um sistema de tratamento de esgoto adequado, até mesmo a escola municipal despeja seus dejetos em via pública.

Figura 9. Vista da parte posterior da escola municipal de São José do Arara.

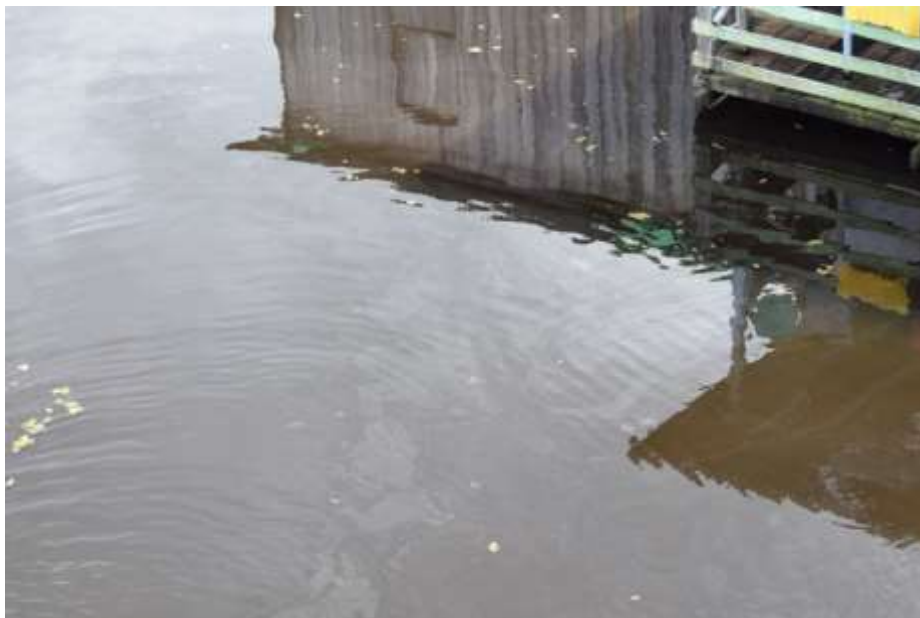


Fonte: Autoria própria

Outro aspecto de impacto ambiental relevante observado no estudo foi a presença de óleo de cozinha e das embarcações (Figura 10) que associada à presença de coliformes fecais oriundos do esgoto domiciliar confere má qualidade à água do lago Arara, que é usada por parte da população para consumo e banho.

VASCONCELOS, F.G; BRAZ, V.S; RODRIGUES, F.F.

Figura 10. Mancha de óleo contaminando a água do Lago Arara



Fonte: Autoria própria

A elevada carga de material orgânico encontrada nos esgotos domésticos contribui para eutrofização dos riachos e contaminação do meio ambiente pelo chorume. Além disso, o óleo combustível usado em embarcações é fonte de metais contaminantes para os ecossistemas aquáticos. Todos estes fatores são agravados com a utilização dessas águas para o consumo de população local, seja para abastecimento ou banho. (SIQUEIRA e APROLE, 2013).

Figura 11. Área de atracagem de embarcações também usada para banho pelos ribeirinhos



Fonte: Autoria própria

VASCONCELOS, F.G; BRAZ, V.S; RODRIGUES, F.F.

Um aspecto que merece destaque é que a relação homem-saúde-ambiente favorece a transmissão de doenças infecciosas. Em especial, as zoonoses cujos agentes causadores são selecionados criteriosamente pelas condições ambientais. (SCHMIDT, 2007). Este fato gera preocupação, vez que foram avistados na comunidade muitos animais domésticos em condições de saúde precárias.

Figura 12. Vista da rua principal da comunidade. Destaque para o cão doente no canto inferior esquerdo



Fonte: Autorial própria

Além disso, Schmidt (2007) acrescenta que a criação de espécies exóticas ou silvestres também proporciona esta seleção de agentes causadores de zoonoses, seja em estado natural ou modificado. É importante considerar ainda o impacto das comunidades ribeirinhas sobre a biodiversidade, seja pela caça, seja pela captura da fauna nativa. Em algumas populações este tipo de criação dá-se por modismo, enquanto em outras, como entre os ribeirinhos, dá-se por aspectos culturais.

Figura 13. Espécie de macaco criada como animal doméstico



Fonte: Autorial própria

VASCONCELOS, F.G; BRAZ, V.S; RODRIGUES, F.F.

Figura 14. Espécie de ave criada como animal doméstico



Fonte: Autoria própria

Ademais, a criação de animais para consumo alimentar dá-se em condições de higiene precárias, como pode ser observado na Figura 15.

Figura 15. Ave criada em meio à contaminação ambiental



Fonte: Autoria própria

VASCONCELOS, F.G; BRAZ, V.S; RODRIGUES, F.F.

No entanto, percebe-se que alguns ribeirinhos tentam armazenar seus resíduos mesmo que de forma improvisada, como foi observada em uma residência a utilização de uma carcaça de televisor para acondicionamento de lixo.

Sobre esse assunto Roversi (2013) ressalta que

“Outros fatores importantes relacionados aos resíduos sólidos produzidos no meio rural são a queima e a deposição de lixo nas margens de cursos d’água; tais práticas prejudicam não apenas o aspecto visual do meio ambiente, mas, sobretudo, o solo, a água e o ar, o que, conseqüentemente, afeta a fauna e a flora, sem contar o próprio homem. Este tanto pode sofrer danos de modo direto, pela inalação, ingestão ou contato com a pele, quanto indireto, por doenças causadas por animais que vivem e se alimentam dos resíduos sólidos ou pela ingestão de verduras ou carne de animais contaminados.”

Figura 16. Lixeira improvisada na porta de uma residência



Fonte: Autoria própria

Sem a existência de coleta de lixo na comunidade, outra iniciativa dos moradores, dessa vez para tratamento dos resíduos domiciliares, é a queima do lixo. Tal atitude, além de configurar-se como crime segundo a Lei de Crimes Ambientais nº 9.605 de 1998, traz diversos prejuízos como o lançamento de poluentes na atmosfera, bem como a geração de várias substâncias poluentes e tóxicas, oriundas da composição do lixo que foi incinerado. Ação realizada sem preparo algum e que não

VASCONCELOS, F.G; BRAZ, V.S; RODRIGUES, F.F.

apresenta eficácia, já que os resíduos que não são consumidos totalmente pelo fogo permanecem como contaminante no meio ambiente, além da possibilidade de gerar incêndios.

Figura 17. Resíduos domiciliares sendo queimados.



Fonte: Autoria própria

Este tipo de manejo foi discutido por Gouveia (2012) ao afirmar que “o manejo adequado dos resíduos é uma importante estratégia de preservação do meio ambiente, assim como de promoção e proteção da saúde”. O autor alerta ainda que a queima do lixo ao ar livre emite partículas e outros poluentes atmosféricos que oferecem riscos à população.

Como tentativa inicial de minimizar os problemas ambientais destacados foram realizadas duas oficinas de educação ambiental com o objetivo de sensibilizar os escolares da comunidade sobre a importância de realizar o descarte adequado do lixo produzido pela comunidade e ensinar técnicas de reutilização de garrafas pet que são descartadas como lixo.

Em ambas as oficinas os participantes foram estimulados a retirarem das ruas garrafas descartadas de forma que entendessem que o resíduo que polui o meio ambiente pode ser utilizado de forma útil e divertida. Dessa forma, durante as Oficinas de Brinquedos de materiais recicláveis e Oficina de Horta Vertical, foram abordados temas relacionados à problemática da geração de resíduos sólidos e do correto descarte.

Figura 18. Oficina de construção de uma horta vertical utilizando garrafas PET



Fonte: Autoria própria

Figura 19. Oficina de fabricação de brinquedos utilizando garrafas PET



Fonte: Autoria própria

Os problemas ambientais descritos não podem ser solucionados em uma única ação, mas necessitam de contínua ação interativa entre órgãos públicos, instituições de ensino e comunidade. De qualquer modo, trabalhar medidas educativas com crianças e adolescentes é um passo essencial para alcançar melhores condições ambientais, evitando o agravamento das condições de vida nesta comunidade visitada. Conforme destacaram Neu e colaboradores (2016):

VASCONCELOS, F.G; BRAZ, V.S; RODRIGUES, F.F.

“Os desequilíbrios entre os processos antrópicos e as funções ecossistêmicas não trazem prejuízos apenas para o ambiente natural. Em escala local, esses desequilíbrios sistêmicos levam à rápida deterioração das condições de saúde, insegurança alimentar e perda de qualidade geral de vida das comunidades. Em escala global, podem levar ao colapso da própria civilização.”

CONCLUSÕES

Os problemas ambientais observados permitem concluir que é necessário intensificar ações educativas com a população ribeirinha com o propósito de incrementar a consciência ambiental e promover maior participação comunitária para minimizar os impactos ambientais causados pela ação antrópica. Assim, por meio do conhecimento técnico almejamos ter iniciado a formação de disseminadores críticos de informações, o que significa, também, o empoderamento social daquela comunidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à organização cristã missionária Asas de Socorro, Prefeitura Municipal de Caapiranga e Associação dos Líderes da Comunidade – ALC pela parceria na execução deste projeto.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T.M.; BARAÚNA, A.C.; MENESES, C.A.R., Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (CONNEPI), Belém (PA). Identificação de escherichia coli em água de bebedouros e nos próprios aparelhos de quatro escolas públicas de Boa Vista – Roraima – Brasil (2009): Anais.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Biomas – Amazônia. 2017. <http://www.mma.gov.br/biomas/amazonia>

CAAPIRANGA, Prefeitura Municipal de, Dados Municipais, 2017. <http://www.caapiranga.am.gov.br/273/DadosMunicipais/>

CARDOSO, L. C. R., Tecendo redes sobre a saúde dos povos tradicionais da Amazônia. 2014. 90 p. Dissertação (Mestre em Epidemiologia e Saúde Pública) – Universidade Federal do Amapá, Macapá.

CARSON, R., Primavera Silenciosa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1969.

DE CASTRO, F.; McGRATH, D., Parcerias estratégicas. Núm, 12: O manejo comunitário de lagos na Amazônia (2001): 112-126.

VASCONCELOS, F.G; BRAZ, V.S; RODRIGUES, F.F.

FRAXE, T. J.P.; PEREIRA, H.S.; WITKOSKI, A.C., Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

FREITAS, L.L.; SILVA, K.C.; SOUZA, T.M.; DEMARQUE, I.L.D.; AGOSTINHO, L.; FERNANDES, F., Revista Científica de FAMINAS, V. 9, Núm. 1, Quantificação microbiológica de bebedouros de escolas públicas em Muriaé (MG) (2013): 81-93.

GOUVEIA, N., Ciência e Saúde Coletiva, V. 17, Núm. 6, Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social (2012): 1503-1510.

MURTHA, N.A.; HELLER, L., Engenharia sanitária e ambiental. V. 8, Núm. 4. Avaliação da influência de parâmetros de projeto e das características da água bruta no comportamento de filtros lentos de areia (2003): 257-267.

NEU, V.; SANTOS, M.A.S.; MEYER, L.F.F.; CARMO, F.S.C; CRUZ, M.S., Rev. Ciênc. Ext. V.12, Núm. 3, Resgate da sociobiodiversidade: restauração ambiental com geração de renda em comunidades ribeirinhas na Amazônia oriental (2016): 164-177.

REIGOTA, M., O que é educação ambiental. São Paulo: Editora brasiliense, 2017.

ROHDEN, F.; ROSSI, E.M.; DIANE, S.; CUNHA, F.B.; SARDIGLIA, C.U., Ciência e Saúde Coletiva, V. 14, Núm. 6, Monitoramento microbiológico de águas subterrâneas em cidades do extremo oeste de Santa Catarina (2009): 2199-2203.

ROVERSI, C.A., Destinação dos resíduos sólidos no meio rural. 2013. 49 p. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira.

SCHERER, E. F. II Congresso de pós graduação e pesquisa em ambiente e sociedade. O defeso e a defesa do meio ambiente. Indaiatuba (2004).

SCHMIDT, R.A.C., Ver. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, V. 17, Núm. 2, A questão ambiental na promoção da saúde: uma oportunidade de ação multiprofissional sobre doenças emergentes (2007): 373-392.

SILVA, M.L., Ver. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. V. Especial, A educação ambiental no ensino superior brasileiro: do panorama nacional Às concepções de alunos (as) de pedagogia na Amazônia (2013): 18-33.

SILVA, M.D.M.; SIMONIAN, L.T.L., Revista Amazônia Investiga. Vol. 5 Núm. 9, Natureza e Ser Humano na Amazônia Contemporânea (2016): 15-28.

SILVA, E. F.; SILVA, E.B.; ALMEIDA, K.S.; SOUSA, J.J.N.; FREITAS, F. L. C., Revista de Patologia Tropical. V. 38 (1), Enteroparasitoses em crianças de áreas rurais do município de Coari, Amazonas, Brasil (2009): 35-43.

VASCONCELOS, F.G; BRAZ, V.S; RODRIGUES, F.F.

SIQUEIRA, G.W.; APRILE, F., *Acta Amazônica*, V. 43, Núm. 1, Avaliação de risco ambiental por contaminação metálica e material orgânico em sedimentos da bacia do Rio Aurá, Região Metropolitana de Belém – PA (2013): 51-62.

PERCEPTION OF ENVIRONMENTAL PROBLEMS IN A RIVERSIDE COMMUNITY OF BRAZILIAN AMAZON REGION

ABSTRACT

Amazon region is a complex ecosystem where a large portion of the population lives in riverside communities. With their different habits of life from the urban population, these communities find their own environmental issues that also represent an imbalance in the relation between nature and human being. The objective of this qualitative and observational research was to know some of the perceived environmental problems in the São José do Arara riverside community, located in the municipality of Caapiranga-AM. Field trips were carried out from May 19 to 26, 2017, during the UniEVANGÉLICA Citizen Itinerant Project - Amazon Education, Health and Citizenship. The main perceived problems were related to the waste disposal system.

Keywords: Environmental education. Amazonas. Riversides